

PARECER/

EDITAL N.º 064/2026

LICITAÇÃO N.º 464/2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/2026

REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2026

Trata-se de EDITAL N.º 064/2026, LICITAÇÃO N.º 464/2026, PREGÃO ELETRÔNICO N.º 017/2026, REGISTRO DE PREÇOS N.º 010/2026, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, PEQUENOS REPAROS E ADEQUAÇÕES EM BENS PÚBLICOS MUNICIPAIS, SEM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS E CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA, conforme descrição técnica estabelecida nos Anexos deste edital., conforme MEMORANDO INTERNO N° 46/2026.

Na Justificativa da necessidade da contratação, consta:

“ A contratação dos serviços ora propostos faz-se necessária para atender, de forma eficiente, contínua e sob demanda, às necessidades operacionais das Secretarias Municipais de Nova Prata, relacionadas à manutenção, conservação, adequação e recuperação de imóveis, equipamentos e espaços públicos, bem como à execução e manutenção de passeios públicos e pavimentações. Os serviços compreendem a disponibilização de mão de obra especializada para reparos e adequações necessárias ao adequado funcionamento das edificações e espaços públicos. Registra-se que a Administração Municipal não dispõe de quadro próprio em número suficiente para atender, de maneira tempestiva, todas as demandas que surgem rotineiramente nas diversas unidades administrativas, as quais, além de recorrentes, podem apresentar caráter emergencial, exigindo pronta intervenção para evitar prejuízos à continuidade dos serviços públicos. Dessa forma, a contratação de profissionais qualificados e sob demanda proporcionará maior agilidade, eficiência e economicidade, possibilitando a adequada manutenção do patrimônio público, garantindo a segurança, acessibilidade e trafegabilidade de imóveis, vias e passeios públicos, bem como a regular prestação dos serviços à população do Município de Nova Prata.”

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente as vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

O expediente segue o regramento das normas previstas artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

S.M.J. é o parecer.

Nova Prata RS, 19 de maio de 2026.

